

## EDITORIAL

### Ainda ...

# "FORA ANNA CINTRA"

Foi consenso geral no final do ano passado que a PUC-SP viveu, nos últimos novembro e dezembro, como há muito não se via, um período tão intenso quanto delicado. A massiva mobilização dos estudantes, já no fatídico 13 de novembro, e a adesão à greve por parte dos professores e funcionários logo em seguida, deram mostras, a quem duvidava, de que a comunidade universitária não só podia, como de fato acordara do transe em que se encontrava para opor-se, firme e conscientemente, ao gravíssimo golpe que vem tentando sufocar o último suspiro de democracia na nossa combalida Universidade.

Tal resistência traduziu-se numa GREVE unificada, que não apenas mostrou a força, mas se espalhou para além dos muros dos campi, ganhando a simpatia e a solidariedade de importantes entidades, movimentos sociais, intelectuais

e expoentes da educação e cultura do País.

Além disso, o movimento grevista conquistou o respeito, a consideração e o aval do Tribunal Regional do Trabalho que, ao contrário do que pretendia a FUNDASP, reconheceu a legalidade da paralisação, considerando-a como justa e proporcional resposta ao agravo cometido pela nomeação da Professora Anna Cintra, última colocada no pleito universitário.

Paralelamente, em ação movida pelo C.A. 22 de agosto, foi concedida, num primeiro momento, medida liminar para que se realizasse o julgamento do recurso administrativo interposto perante o CONSUN, o qual pretendia a anulação da homologação da lista tríplice. Como todos sabem, o CONSUN efetivamente anulou a lista tríplice, inviabilizando a reitora biônica para o cargo. Entretanto, a decisão judicial que

a retirava do cargo foi cassada, também em caráter precário, pelo Tribunal de Justiça que, em decisão tomada durante o plantão judiciário, concedeu liminar, em Agravo interposto pela FUNDASP, reconduzindo-a ao posto. Para tanto, utilizou, entre outros argumentos, que a Universidade não poderia ficar sem comando. É de se lamentar, nesse sentido, que o CONSUN não tenha conseguido dar eficácia à sua decisão de nomear *pro tempore* o Professor Marcos Masetto como interino. Lamenta-se, ainda mais, que o nomeado não tenha tido ou a coragem de se assumir enquanto tal, tampouco alertado o Conselho Universitário de que não teria força para exercer tal mister, na medida em que, segundo o referido Professor e, num evidente contrassenso, só poderia fazê-lo se o Cardeal o nomeasse.

Muito bem, a questão jurídica continua pendente e, com ela, a possibilidade de reversão no quadro que hoje encontra a reitora biônica sentada na cadeira e tomando medidas de caráter nitidamente autoritário (colocação de arame farpado nos muros e revista pessoal de alunos no *campus* Monte Alegre).

Mas o *Movimento*, malgrado não ignore tampouco recuse a via jurídica como possibilidade de solução da questão, não se funda ou se baseia neste caminho para nascer ou para continuar a existir.

Era de se esperar, por outro lado, que a acertada decisão de suspender a paralisação já nos estertores do ano de 2012, e a vinda o período de férias, esfriasse um pouco toda a ebulição assistida durante

continua na próxima página

## ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

# 21/2

Quinta-feira

17h

Sala a ser confirmada

Consulte o site [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

Rumos da mobilização

Discussão da situação da universidade

continuação da página anterior

aqueles últimos dois meses.

A questão que se põe agora é saber qual o rumo do *Movimento*.

É verdade que toda a efervescência provocada pela mobilização fomentou importantes debates e conversas, muitas das quais aprofundaram, ainda que não sistematicamente, discussões acerca de importantes questões sobre concepção de universidade, sua autonomia, políticas educacionais etc. Este saldo, muito positivo, deve ser engrandecido por uma agenda coletivamente construída no sentido de mover, para outro patamar, tantas e ricas trocas de ideias que, talvez, só o Golpe foi capaz de promover.

Isso não quer dizer que a luta terminou e devemos nos contentar com a beleza do sonho de uma noite de verão ou, mais propriamente, como mencionado em uma Assembleia, com a *primavera puquiãna*, que já passou.

Outros ataques virão. Como é previsto pelo Estatuto intervencionista, as "eleições" para Chefias de Departamento e Diretorias de Faculdade, seguindo o modelo de lista tríplice, com nomeação pelo reitor, não passarão de patéticos simulacros de sufrágio, cujo resultado, está submetido à imperial decisão da biônica Reitora.

Embora tais questões já estejam sendo discutidas nas primeiras assembleias realizadas neste ano, não há, ainda, um consenso a respeito de qual caminho a ser seguido. Mesmo porque, estas duas primeiras semanas, com recepção de calouros e carnaval, impediram que se pudesse aquilatar, verdadeiramente, qual o sentido do *Movimento*. Obviamente que isso será construído nas semanas que se seguirão.

Não obstante termos consciência de que tal caminho deverá sempre ser pautado e seguido coletivamente por todos que integram o *Movimento* (funcionários, alunos e professores), isso não nos impede, enquanto membros

da Diretoria da APROPUC, que não se confunde obviamente com a entidade em si, de manifestarmos nossa opinião a respeito.

Em nosso entendimento, não é possível resistir pelos flancos ou tentar estancar o sangramento da democracia e autonomia universitária barrendo decisões afluentes. Não há redução de danos possível - como tentar salvar as mal-fadadas eleições para Chefia de Departamento e Diretorias; evitar os ataques indiretos a cursos que tradicionalmente oferecem resistência ao modelo financista de gestão (com a desculpa de número mínimo de alunos, quando não se espera vestibular complementar, transferências e alternativas ao fechamento, que só afugentam as futuras procuras por tais cursos, editais de bolsas desvinculados da divulgação do vestibular, impedindo o acesso daqueles que poderiam ter acesso ao ensino na PUC); reclamar da negativa de salas para sequer realizarmos assembleias dos professores; e reivindicarmos que não sejam

trancadas as salas de aula para que estas voltem a ser um espaço de debate e convívio de todos, independentemente da presença do professor ou do horário da aula; demissão de funcionários - se o ataque jorra do caudaloso e violento rio reitor, que varre todas as barreiras que se lhe opõem.

Assim, a única saída que se apresenta é a retomada da mobilização, tal qual vimos nascer e encerrar o ano letivo, para então, legitimados por ela, iniciarmos uma nova GREVE, até que essa Senhora Professora, imposta, biônica e ilegítima, tenha a decência de deixar o assento que tomou.

Do contrário, assistiremos, como temos assistido desde as demissões de 2006, a imposição de tabelas que remuneram desigualmente o trabalho igual, a maximização dos contratos de trabalho, a intervenção em questões acadêmicas, a não tão lenta e agonizante morte da autonomia universitária e da PUC-SP que, mal ou bem, até então conhecíamos.

**Diretoria da APROPUC**

## Professores retomam discussão pelo não reconhecimento de Anna Cintra como reitora

Reunidos na sede da APROPUC na quinta-feira, 7/2, os docentes da PUC-SP fizeram uma análise da atual situação da universidade, e decidiram continuar sua mobilização pelo não reconhecimento da professora Anna Maria Marques Cintra, reitora imposta pela Igreja à PUC-SP.

A discussão passou pelas recentes medidas autoritárias tomadas pela reitora imposta como a instalação de concertinas (cercas de arame farpado) no portão de acesso à PUC-SP, pelo fechamento de salas fora do horário de aulas e a negativa em abrir estes espaços para as entidades de professores, funcionários e estudantes (veja matéria na

página 6 desta edição). Além disso alguns alunos presentes denunciaram o corte da porcentagem referente a mensalidades de alunos, que a universidade deve repassar aos CAs. Também foi comunicada aos presentes a proibição de um evento da calourada unificada no campus de Barueri.

Todas essas medidas escancararam o caráter represor da nova "direção" da universidade que pretende impor-se através da truculência, uma vez que não foi democraticamente eleita.

Os professores levantaram também a situação de vários cursos, como Serviço Social e boa parte das moda-

lidades de Letras que tiveram turmas iniciais não abertas, o que pode redundar, dentro de poucos anos, na extinção do curso. A Faculdade de Ciências Sociais enviou uma carta à professora Anna Cintra protestando contra a não abertura de turmas de Serviço Social e Turismo.

Nova assembleia foi marcada para o dia 21/2, às 17h, em sala a ser confirmada, quando os professores pretendem continuar a discussão destes temas e procurar uma maior aproximação para ampliar os fóruns de debate com os diversos setores da universidade.

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira, 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua João Ramalho, 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

**PUCViva:** 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) – **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

**Fotografia:** Marina D'Aquino

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victória C. Weischtordt

## A LUTA PELA DEMOCRACIA NA PUC-SP

# História democrática da PUC-SP é rompida pela Igreja

A PUC-SP foi a primeira universidade a realizar eleições diretas para o cargo de reitor no Brasil, em pleno regime ditatorial, no ano de 1980, tendo como resultado a reeleição de Nadir Kfoury, que ocupara o cargo desde 1976. Essa tradição democrática alçou a pontifícia ao patamar de referência educacional no país, aliando excelência de ensino, pesquisa e extensão às liberdades de pensamento e à defesa democrática na instituição.

Essa orgulhosa história, no entanto, foi manchada no ano passado. Pela primeira vez na história o candidato mais votado no sufrágio direto da comunidade acadêmica, ou seja, professores, alunos e funcionários de modo paritário, não foi indicado ao cargo de direção máxima da PUC-SP. Dirceu de Mello, então reitor reeleito pela comunidade, foi preterido pela vontade do grão-chanceler e arcebispo de São Paulo dom Odilo Scherer. Dirceu levou um tombo e a PUC-SP, um golpe.

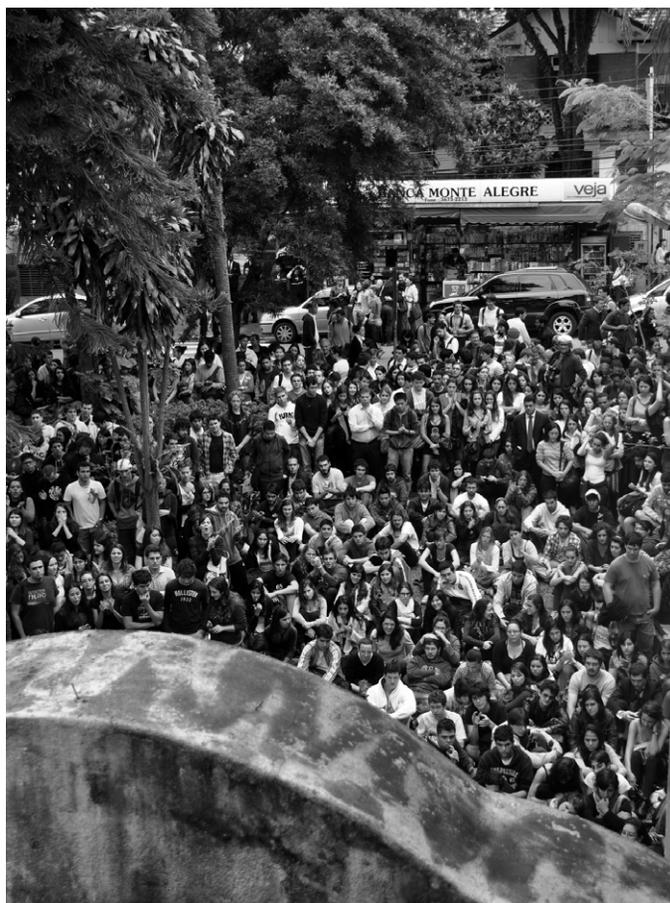
Isso só foi possível por um mecanismo datado do período ditatorial: a lista tríplice. Nesse sistema, a partir do resultado eleitoral forma-se uma lista com os três primeiros colocados na disputa, ela é enviada ao grão-chanceler da universidade e ele decide ao bel prazer da Igreja Católica quem deve ser o novo reitor da PUC-SP. De 1980 até 2012, a escolha pelo voto sempre coincidiu com a indicação do cardeal.

## O PROCESSO

Ao início do segundo semestre de 2012, só se falava sobre um assunto nos corredores e rampas da PUC-SP - a eleição de reitor para o quadriênio 2013-2016. Anna Maria Marques Cintra, com a chapa "A PUC vale a pena", Dirceu de Mello, encabeçando a chapa "Autonomia e excelência universitárias", e Francisco Antonio Serralvo, à frente da chapa "Reconstruir a PUC-SP", se colocaram desde o início do processo eleitoral no páreo.

Organizados pela comissão eleitoral, houve debates nos diversos campi da PUC-SP, na capital e interior. Mas um dos debates chamou a atenção. Foi a Roda Viva no Tucarena com os reitoráveis, na qual os três candidatos foram convidados para debaterem frente a frente, questionados diretamente pelos órgãos representantes da comunidade sobre seus programas e planos de gestão. Ao final do embate de idéias, cada candidato foi apresentado com um documento em que se comprometia em não assumir o cargo de reitor caso não fosse o mais votado, e convidado a assinar. E os três assinaram.

A precaução dos organizadores da Roda Viva expressava um motivo. Em toda comunidade comentava-se que Anna Cintra, embora desconhecida ao início das eleições, era a favorita da Igreja Católica e da Fundação São Paulo (Fundasp), mantenedora da instituição e principal força



Assembleia estudantil em frente à reitoria

política no Consad, órgão gestor máximo da universidade, onde somente dois padres e o reitor têm poder de voto. Ou seja, mesmo antes de ficar na última posição nas eleições e ser indicada por dom Odilo Scherer ao cargo de reitor, Anna Cintra já demonstrava seu maior alinhamento com a Fundasp.

No final de setembro, com o fechamento das urnas e a apuração dos votos, Dirceu de Mello consagrou-se vitorioso com 8.382,97 votos ponderados, à frente de Francisco Serralvo, que teve 6.785,59 votos, deixando Anna Cintra com 6.641,61,

na última colocação. A lista tríplice, na ordem do resultado da votação, foi homologada pelo Conselho Universitário e enviada ao cardeal. Desde então, com o passar das semanas, aumentava a expectativa sobre o posicionamento do grão-chanceler em relação às eleições. E a decisão não chegava.

No dia 13/11 de 2012, na véspera de um feriado que pararia São Paulo de 15 a 20/11, dom Odilo se pronunciou, jogando pólvora em uma chama há muito acesa contra o fim da autonomia da PUC-SP a partir da intervenção da Fundasp.

## A LUTA PELA DEMOCRACIA NA PUC-SP

# A resistência da PUC-SP contra o golpe



GUILHERME ALMEIDA

Ato em frente à Fundasp

Na tarde de 13/11, aquilo que era apenas um receio transformou-se em realidade: Anna Cintra havia sido nomeada pelo cardeal dom Odilo Scherer para reitora da PUC-SP, e na véspera de um feriadão.

Logo após que a nomeação foi oficializada, estudantes de diversos centros acadêmicos se reuniram na prainha, marcaram uma assembléia estudantil geral para o início da noite e iniciaram uma intensa mobilização na universidade, passando em salas de aula e divulgando com megafones o golpe recém tomado.

Poucas horas depois, mais de dois mil estudantes se reuniram em assembléia e, com apoio de professores de alguns departamentos, declararam greve geral na PUC-SP. E mais: eles ocupariam de forma simbólica a reitoria da universidade, logo após o fim da assembléia. Aos gritos de "Fora Anna Cintra" e "Golpistas, golpistas, não passarão", conforme planejado, tudo ocorreu. Na madrugada de 14/11, mais de seiscentos estudantes pernoveram na reitoria da PUC-SP, escrevendo um manifesto a ser entregue em ato na Fundasp pela manhã.

Depois do ato de entrega do manifesto, no período da tarde de 14/11, professores e funcionários convocaram assembléia geral de suas respectivas categorias e aderiram à greve geral. Diretores das faculdades de Direito, Educação, Economia e Administração e Ciências Exatas e Tecnologia articularam manifesto em defesa da democracia puquiã, divulgado ainda no mesmo dia. À noite, a reitoria foi entregue simbolicamente a Dirceu de

Mello, candidato mais votado nas eleições, sem nenhum dano ao patrimônio da universidade. Pouco mais de 24 horas após a nomeação de Anna Cintra como "interventora" da Fundap na PUC-SP, a universidade parou, começando uma Greve Geral que retomaria as grandes lutas democráticas travadas dentro e fora dos muros da PUC-SP.

## CULTURA DE GREVE

Na volta do feriadão, no dia 21/11, um ato com a presença de milhares de pessoas lotou o Tuca, teatro cujas paredes carregam as marcas da luta democrática no país. Na massiva manifestação, que reuniu todos os campi da PUC-SP, Anna Cintra foi definitivamente rechaçada como representante da vontade geral da comunidade.

No mesmo dia, 15 cursos paralisaram suas atividades acadêmicas, sejam somente os estudantes sejam também os professores, reforçando a greve geral, após realização de assembléias estudantis e reuniões departamentais.

A esta altura, a greve geral repercutia nos mais variados meios de comunicação: Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo, UOL, IG, Terra, CBN, Record, Redetv e Rede Globo.

A partir daí, a PUC-SP transformou-se em um caldeirão pedagógico, cultural e político, construindo uma cultura de greve. No dia 24/11, manifestantes organizam um churrasco democrático no Alto de Pinheiros, onde reside Anna Cintra. No dia 26/11, um Tribunal Popular realizado no Pátio da Cruz condena Fundasp e Anna Cintra à

expulsão da PUC-SP em razão das suas atitudes antidemocráticas. Zé Celso realiza ato político-poético no dia 27/11, indo parar na capa do jornal Folha de S. Paulo. Além das dezenas de aulas públicas sobre os mais amplos temas.

Em meio a tudo isso, a Fundasp entrou com uma liminar na justiça do trabalho pedindo abusividade da greve por parte de seus servidores, professores e funcionários, e ameaçou-os com demissão, corte de salário e não pagamento do décimo terceiro caso a mobilização não cessasse. O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no entanto, não aceitou a alegação da mantenedora, afirmando que a greve era política.

Houve ainda um ato na Av. Paulista, no dia 28/11, após o Consun indicar o professor de Direito Marcos Masetto como reitor interino, até ser julgado no dia 12/12 o recurso impetrado por estudantes pedindo a suspensão da homologação da lista tríplice, já que Anna Cintra assinara um documento afirmando que não assumiria caso não fosse a mais votada. E no dia 30/11, no ápice do movimento grevista, Anna Cintra tentou tomar posse na reitoria e foi barrada por manifestantes na entrada do prédio. No mesmo dia, ocorreu o enterro da democracia puquiã, onde os grevistas enfaixaram a PUC-SP de preto, rezaram oração fúnebre, com velas nas mãos, em frente à Fundasp e pararam a Av. Sumaré por minutos em mais um ato público.

Em resposta a todas estas movimentações, Anna Cintra

convocou no dia 3/12 uma reunião de negociação, para o dia seguinte, chamando três estudantes, três professores e três funcionários. Em resposta, estudantes escreveram uma nota dizendo que não negociavam com quem não lhes representava e foram à reunião somente para entrega do documento. Chegando lá, Anna Cintra não compareceu e enviou sua pró-reitora de graduação, Maria Margarida Limena. No dia 05/12, Anna Cintra divulga e-mail através do qual propõe o diálogo: dialogo-reitoria@puensp.br. O que gerou revolta na comunidade.

No dia 12/12, quando a greve geral já indicava seus rumos, o Conselho Universitário, em sessão muito aguardada, por 21 votos a favor e uma abstenção, aprovou a desconstituição da homologação da lista tríplice, por ele mesmo homologado meses antes, abrindo uma crise institucional na PUC-SP. Um dia antes, Anna Cintra tentou realizar seu primeiro Consun, impedido por manifestantes que se deitaram na entrada da sala em que seria realizado o conselho.

Após o Consun de 12/12, um ato marcou um mês do início das mobilizações. No dia seguinte, 13/12, professores em assembléia resolveram suspender a greve geral. No dia 17/12, já com a proximidade das festas de fim de ano, os estudantes seguiram deliberação dos professores, suspendendo-a no período de férias. Por mais de um mês, os sujeitos que realmente constroem a história da PUC-SP ensinaram muito a quem fica, de algum modo, e a quem somente passa pela vida universitária.

## A LUTA PELA DEMOCRACIA NA PUC-SP

# Apoio da sociedade reforça resistência da PUC-SP

Desde o início das mobilizações do movimento pela renúncia de Anna Cintra, a comunidade puquiiana vem recebendo apoios dos mais diversos setores. Diversos políticos enviaram seu apoio, entre eles Carlos Giannazi, deputado estadual pelo PSOL, que pediu publicamente na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo uma audiência com Dom Odilo Scherer e Anna Cintra para esclarecimentos, e Luiza Erundina, deputada federal pelo PSB, também se pronunciou. Entre outros, chegaram apoios dos escritores Milton Hatoum e Fernando Morais, dos professores Antônio Carlos Mazzeo, da Unesp, de Michael Löwy, do Centre National de la Recherche Scientifique (França), Roberto Leher, da UFRJ, de Jorge Luiz Souto Maior, Vladimir Safatle, Zé Miguel Wisnik, Marilena Chauí, Ruy Braga, Paulo Arantes, todos da USP, Igor Fuser, da Universidade Fede-



BEATRIZ MACRUZ

O ator Zé Celso realiza performance no Pátio da Cruz

ral do ABC, Plínio de Arruda Sampaio Jr, da Unicamp, e de Soraya Smaili, reitora recém eleita democraticamente na Unifesp. Os atores Bia Trachtenberg e Zé Celso, diretor do Teatro Oficina, também deram seu apoio, inclusive por meio de intervenções artísticas

na universidade. O jornalista André Caramante, ameaçado após escrever reportagens sobre o histórico do Coronel Telhada, eleito vereador nas últimas eleições municipais, também se manifestou apoiando os grevistas. José Damião de Lima Trindade, promotor

público do Estado de São Paulo, Amelinha Teles, da União de Mulheres e o Rapper Pirata, do Fórum Hip Hop Municipal de São Paulo enviaram sua solidariedade aos estudantes, professores e funcionários que paralisaram a universidade.

## Decisão sobre Anna Cintra segue na justiça

Devido à quebra do compromisso assinado por Anna Cintra durante as eleições para reitoria, onde se comprometeu a não aceitar o cargo caso não fosse a mais votada, representantes dos cursos de Direito, Relações Internacionais e Administração, junto com o representante dos funcionários da PUC-SP, interpuseram um recurso junto ao Conselho Universitário, Consun, órgão máximo de deliberação na

universidade, pedindo pela destituição da lista tríplice. O recurso foi aceito e apreciado pelos conselheiros, mas o cardeal Dom Odilo Scherer não acatou a decisão e prosseguiu com a posse de Anna Cintra. Contra tal atitude, o Centro Acadêmico 22 de Agosto, do curso de Direito, entrou com ação na justiça estadual pedindo cumprimento do estatuto interno da universidade, que determina autonomia

ao Consun. O juiz concedeu uma decisão liminar favorável ao CA, possibilitando o julgamento do recurso no Consun, o qual decidiu pela desconstituição da lista tríplice, impossibilitando que a professora continuasse como reitora. Com o não cumprimento da liminar pelo cardeal e a Fundação São Paulo, o juiz da ação decidiu pelo pagamento de R\$ 10 mil por cada ato que a professora praticasse na

qualidade de reitora, após a devida notificação da Fundasp e PUC-SP. Durante o plantão judicial, em 23/12/2012, a Fundasp entrou com recurso, e, segundo o advogado da instituição, a justiça suspendeu, em caráter liminar, a decisão que estipulava multa. Contudo, essa nova decisão não foi publicada e não se mostra definitiva, por isso, novo recurso foi pedido pelos estudantes, que aguardam decisão judicial.

# PORQUÊ "FORA ANNA CINTRA"

## "Se cobrir vira circo, se cercar vira hospício"



Mal começaram as aulas e a comunidade deparou-se com atitudes extremamente autoritárias da reitora imposta Anna Maria Marques Cintra. Logo no dia 4/2 alunos, professores e funcionários depararam-se como uma concertina de arame farpado no portão de acesso da Rua Monte Alegre. Segundo a segurança, a medida foi tomada para se evitar que alunos pulem para dentro do campus após o seu fechamento.

Não demorou muito, porém, e os estudantes arrancaram o arame, depositando-o na frente da porta da reitoria (veja artigo na sessão Fala Comunidade).

Outra medida absurda foi a revista ilegal de bolsas e mochilas de estudantes na entrada da universidade para ver se não portavam bebidas. Nem mesmo professores escaparam da constrangedora situação e um docente teve que protestar em altos brados

contra a humilhante situação.

Outra medida autoritária foi o trancamento da maioria das salas e auditórios do Prédio Novo. Mesmo para serem usadas em aulas normais, as salas precisam ser abertas pelos seguranças na presença do professor.

Curiosamente, mesmo quando o pedido de utilização é feito ao setor responsável, ocorre a negativa dos responsáveis, sem razão plausível. Por este motivo as assem-

bleias da APROPUC estão acontecendo em sua sede, o que contraria a Constituição Federal e a Declaração dos Direitos Humanos que prevê a liberdade de associação e expressão. Mais do que isto, a atitude repressiva aponta para mais uma arbitrariedade, pois é vetado aos estudantes o espaço de convivência e estudo, escasso na universidade, que antes era utilizado amplamente, mesmo fora dos horários de aula.

### Semana

2a

**18** Seg  
atividades dos cursos

**19** Ter  
debate: 9:30-11:30 "As questões do gênero"  
debate: 19:30-21:30 "o movimento estudantil e a sua importância"

**20** Qua  
09:30-11:30 debate: "As cotas e as questões raciais"  
19:30-21:30 debate: "As bolsas e o prouni"

**21** Qui  
09:30-11:30 debate: "Que universidade queremos?"  
19:30-21:30 Roda de conversa: "Clientelismo nas universidades"

### Semana

3a

**25** Aula Magna  
09:30-11:30  
19:30-21:30  
**26** Assembléia Geral  
09:30-11:30  
19:30-21:30

Progr<sup>o</sup> calor  
mação rada

todas as atividades serão na prainha

## GAUCHE NA VIDA

# Fascismo cristão avança nos Estados Unidos

*José Arbex Jr.*

O fascismo cristão, integrado por organizações católicas e evangélicas, avança nos Estados Unidos, e ganha cada vez maior influência e poder de mobilização, apesar da derrota eleitoral para Barack Obama. Redes universitárias, associações destinadas ao proselitismo, grupos de informação, entretenimento e empresariais evangélicos movimentam centenas de bilhões de dólares e exercem grande influência em Hollywood, Wall Street e Washington. O alarme é acionado por um número crescente de livros, trabalhos acadêmicos e artigos publicados na imprensa liberal estadunidense.

Para a autora A. F. Alexander, por exemplo, está em curso uma estratégia de longo alcance, anunciada pelo documento "O mandato das Sete Montanhas de Influência", escrito em 1975 por Loren Cunningham e Bill Bright. O documento orienta a ação evangélica para sete áreas: 1. Leis e governo; 2. Comércio e finanças; 3. Educação; 4. Mídia e comunicação; 5. Artes e entretenimento; 6. Família; 7. Espiritualidade e Igreja. Com profusão de dados, expostos no livro *Religious Right - the greatest threat to democracy* (Direita religiosa - a principal ameaça à democracia, editado em 2011), Alexander demonstra que a estratégia foi, até agora, muito bem sucedida.

O principal objetivo dos fundamentalistas é o de destruir a Cláusula de Estabelecimento (Establishment Clause), redigida por Thomas Jefferson como parte da Primeira Emenda à Constituição, que, por sua vez, é um dos dez artigos que compõem a Declaração dos Direitos. "O Congresso não aprovará leis com objetivo de estabelecer uma religião nem de proibir o direito à liberdade religiosa", estabelece a cláusula, criando um "muro" para separar estado e religião. O fascismo cristão, afrontando todas as evidências históricas, inventou e alimenta a fábula segundo a qual os Estados Unidos foram fundados como nação cristã e devem por ser isso ser governados pela lei bíblica. Para eles, qualquer forma de humanismo, incluindo o legado iluminista, deve ser condenada como blasfêmia, heresia ou coisa do demônio.

Seu principal argumento, esgrimido por uma corrente intitulada dominionista (abraçada, por exemplo, por Sarah Palin, candidata a vice de John McCain em 2008), encontra-se no Gênesis, 1:26: "Então Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança e domine ele sobre os peixes do mar e sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam o chão." Para os dominionistas, o homem feito à imagem e semelhança de Deus só pode ser o cristão, a quem foi dada

a autoridade e a lei (bíblica) para governar sobre todas as coisas da Terra.

É isso que explica os ataques ao governo federal: se o país deve ser governado por cristãos, com base na Bíblia, qualquer outra forma de autoridade é indesejável. Quanto mais fraco o governo, melhor. Daí também as campanhas em defesa do criacionismo e contra o evolucionismo darwinista, a condenação das pesquisas com célula tronco e contra formas de associação contrárias ao mandato bíblico do "crescei e multiplicai", incluindo o direito ao aborto e ao casamento entre pessoas de mesmo sexo. Daí a convergência de forças entre fundamentalistas evangélicos e católicos. E daí também a aversão de ambos ao Islã - o inimigo contra o qual a Europa medieval construiu a identidade cristã. Ironicamente, eles ambicionam para os Estados Unidos aquilo que é um pressuposto do fundamentalismo islâmico: a total fusão entre estado e religião.

Mas é claro que o avanço do fascismo cristão obedece a uma lógica política, ideológica e material: ele é a religião do neoliberalismo. O princípio do "menor estado possível" expressa a confluência doutrinária entre ambos. Não por acaso, coube ao presidente Ronald Reagan, o profeta do neoliberalismo, estender o tapete vermelho da Casa Branca e do Partido Republicano aos fundamentalistas cristãos,

nos anos 80, como reconhece um de seus mais importantes líderes, o pastor Jerry Falwell. Hoje, os candidatos republicanos a cargos eletivos só têm chances reais se aprovados pelo Tea Party, que organiza a intervenção dos fundamentalistas dentro do Partido Republicano. Isso significa que um dos pilares da democracia estadunidense (ou do pouco que resta dela) é refém do fascismo cristão.

A campanha do mórmon republicano Mitt Romney, em 2012, explicitou os fundamentos econômicos do fascismo religioso, especialmente ao declarar a sua repulsa aos 47% de "vagabundos" (aposentados, desempregados, pobres e miseráveis) que acham que podem viver "às custas do estado". A ala católica (representada pelo vice Paul Ryan) fez chantagem contra Obama: ameaçou com o fechamento de sua rede de hospitais (que compreende 13% dos 5 mil existentes no país e emprega 600 mil pessoas) se as leis previstas pelo Obamacare obrigassem aos seus médicos a prática de aborto (o que poderia acontecer, via convênios com empresas seguradoras e com o sistema público de saúde). É difícil levar a ameaça a sério, quando se considera que, para o Vaticano, devoção a Deus traduz-se na adoração de Mamom. Mas ela teve um óbvio sentido político: impor ao estado a primazia da opção

continua na próxima página

continuação da página anterior

## FALA COMUNIDADE

# Sobre a concertina e suas farpas

religiosa, o que contraria, evidentemente, a Cláusula de Estabelecimento - um princípio religioso privado (condenação ao aborto) não pode ser superior ao bem público: os hospitais católicos, como quaisquer outros, estão sujeitos às leis do país.

Não que o Partido Democrata alimente convicções iluministas. Obama, por exemplo, termina os seus discursos com o "God Bless America" tornado por Reagan uma peça obrigatória da retórica presidencial. E também mantém em funcionamento o Departamento para iniciativas comunitárias e baseadas na fé, criado por George Bush jr. como um meio de carrear fundos públicos para sustentar correntes evangélicas - o que, novamente, contraria a Constituição. Seu único gesto de maior significado contra o fascismo cristão foi a histórica declaração de apoio ao direito de casamento entre pessoas de mesmo sexo, em 9 de maio de 2012.

O quadro é terrível. Os idiotas que acham que a maior ameaça ao planeta são as supostas (e inexistentes) armas nucleares do Irã deveriam pensar no que significaria a transformação dos Estados Unidos numa teocracia. Aliás, qual das duas possibilidades tem mais chance de acontecer antes?

**José Arbex Jr. é chefe do Departamento de Jornalismo**

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

Em um depoimento gravado em 1996 por ocasião dos 25 anos da Faculdade de Ciências Sociais, o professor Maurício Tragtenberg narra sua trajetória que se entrelaça com a história de nossa universidade: a PUC-SP foi o lugar que esteve aberto a ele e outros tantos professores demitidos de universidades estatais no período da ditadura militar. Um traço que se expressa aí e marca uma característica PUC-SP: um espaço que possibilita a liberdade necessária para que o conhecimento avance.

Tragtenberg, no mesmo depoimento, se mostra preocupado com a situação das universidades naquele momento, diante de uma política que procurava reduzi-las à função de "escolas de aulas". Hoje, este ainda nos parece um problema urgente, que se observa facilmente nas catacras e grades que cercam tantas instituições de ensino, impedindo o livre trânsito de pessoas nestes espaços.

No entanto, sabemos que o que faz da vida na universidade uma experiência transformadora são as aulas, mas também as assembleias, reuniões, conversas nos corredores e cafés, festas... Na PUC-SP, estes espaços são cada vez mais limitados por meio de uma supervalorização da autoridade de seguranças sobre estudantes e professores. Os acontecimentos cotidianos que envolvem seguranças pressionando professores para

terminar suas aulas por que o prédio deve ser esvaziado ou impedindo a abertura de auditórios de exibição de vídeo chegaram ao ponto extremo, no final de 2012, de impedir a realização de uma assembleia de professores, "cumprindo ordens" da reitoria.

No início do ano letivo de 2013, fomos recebidos na entrada da Monte Alegre por uma concertina. Sob o argumento de deixar a universidade mais segura, a cerca de metal afiado, do mesmo tipo que é utilizado nos muros dos presídios, funciona como marca estética de uma ambiente disciplinar e autoritário.

Enquanto a PUC-SP tem a presença de segurança privada, a USP, enquanto instituição estatal, se abriu à presença da polícia, também sob o argumento da segurança. Lá, como aqui, o discurso serviu para que a sociabilidade entre estudantes fosse cerceada, levando à manifestação de repúdio de parte da comunidade, que culminou com a ocupação da reitoria em 2011. Enquanto estudantes da PUC-SP respondiam à colocação da concertina na Monte Alegre, o Ministério Público acusou estudantes e funcionários que ocuparam a reitoria da USP por diversos crimes - de formação de quadrilha a dano ao patrimônio público. A acusação evidenciou a incapacidade ou desinteresse da administração da universidade em lidar com os problemas que

dizem respeito à vida em seu interior. Enquanto "escolas de aulas", a universidade não dá espaço para as brigas que são travadas dentro dela.

Há quem defenda a presença da polícia no campus e a ação do M.P. sob o argumento de que o espaço universitário não pode estar alheio às leis da sociedade. Mas o que faz de uma universidade uma universidade é justamente qualquer coisa de inadequado a seu tempo e à sociedade, alguma inquietação que não tome como naturais e imutáveis as ditas "leis da sociedade". Diante de tanto controle sobre nossas vidas, a universidade deve ser um espaço autônomo, livre do policiamento - de farda ou terno - e da criminalização de práticas caras ao movimento estudantil e corriqueiras no ambiente universitário. Ainda assim, deve ter os portões abertos para o resto do mundo para que possa pensar livremente.

Não nos interessa uma universidade segura e sem atritos. Interessa-nos uma universidade viva e que pulse com discussões, conversas, música, paixões, brigas... A concertina foi arrancada por estudantes no portão da Monte Alegre, mas continua cercando os outros muros do campus.

**CACS - Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC-SP. Reunião de 07 de fevereiro de 2013**

## FALA COMUNIDADE

# A "Crise" da PUC-SP e seus fundamentos. Uma breve síntese.

A PUC-SP foi constituída há 66 anos e é hoje, inegavelmente, uma das instituições comunitárias privadas de educação mais respeitadas do cenário brasileiro e internacional. Não há como dissociar a sua história da trajetória de conquistas da cidadania brasileira e da consolidação do Estado Democrático de Direito. Hoje a PUC-SP é patrimônio cultural do povo brasileiro. Ela foi edificada tijolo por tijolo com o trabalho árduo de seus professores, funcionários e alunos.

É importante reconhecer que, em linhas gerais, a Igreja Católica teve, de fato, duas atuações importantes na história da Universidade. A primeira, quando, pelas mãos de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, decidiu edificá-la, junto com intelectuais da época. E depois, com o passar do tempo, ao deixar a PUC-SP atuar com autonomia, pluralismo de ideias, liberdade intelectual e de pesquisa, respeito às decisões dos órgãos colegiados e à tradição democrática.

Mas, há aproximadamente seis anos, a PUC-SP sofreu o ápice de uma forte crise financeira e a Fundação São Paulo, com o risco de ter o seu patrimônio afetado, reapareceu e passou a interferir na gestão universitária, em um primeiro momento para equacionar a dívida contraída.

O que, entretanto, poderia ter sido uma operação cirúrgica, com um acompanhamento a prazo certo, transformou-se deliberadamente em uma intervenção permanente, de caráter extremamente preocupante. Desde então, a Fundação São Paulo, além de "zelar por suas" (sic) finanças", passou a, paulatinamente, interferir

nas franquias democráticas e na liberdade de ensino, pesquisa e extensão, ameaçando - a continuar esse movimento - destruir completamente o que é e o que significa a PUC-SP no cenário educacional brasileiro e latino americano e internacional.

Os episódios recentes envolvendo a eleição de Reitor e a nomeação da terceira e última colocada, com a quebra da importante tradição da nomeação do candidato(a) mais votado pela comunidade puquiana, é apenas a ponta desse iceberg ou, se quisermos, a versão mais explícita da corrosão progressiva do modelo de gestão educacional que fez da PUC-SP uma das melhores universidades do país.

A PUC-SP, como se sabe, foi a primeira instituição de educação superior a fazer e a respeitar eleições e seus resultados, mesmo e especialmente na ditadura, dando assim mais um exemplo de coragem e de tolerância em tempos em que respeitar os outros e as diferenças levava as pessoas ao cárcere, ao desaparecimento, à tortura e à morte.

Foi a PUC-SP e não a Fundação São Paulo que: (a) abrigou presos e perseguidos políticos na ditadura militar; (b) conquistou sucessivos prêmios nos vários segmentos do setor educacional brasileiro pelo esforço constante de seu quadro funcional, docente e discente; (c) atraiu e atrai, há décadas, brasileiros de todos os rincões para os seus programas de graduação, extensão e pós-graduação.

Foram os seus gestores eleitos democraticamente que desenvolveram a habilidade de ouvir todos os seus segmentos para tomar decisões que afetam a comunidade. Isso se chama legitimidade democrática!

Por querer preservar a sua

história e seus valores mais uma vez os estudantes da PUC-SP, desta feita especialmente nós, do "Centro Acadêmico 22 de Agosto", da Faculdade de Direito, requeremos e obtivemos o direito de ver apreciado pelo Conselho Universitário da PUC-SP o recurso administrativo que questionava a conduta moral da candidata nomeada e a impossibilidade de assumir o cargo.

Esclareça-se ao leitor de fora da Universidade: quando o Conselho Universitário homologou a lista tríplice e encaminhou-a ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, não imaginava que a terceira colocada seria nomeada por duas razões fundamentais. Primeiro porque seria respeitada a tradição democrática citada. Segundo porque a última colocada no pleito cumpriria o compromisso público e personalíssimo que assumiu por escrito perante toda a comunidade dando conta que não aceitaria a nomeação caso não ficasse em primeiro lugar no processo eleitoral.

De outra parte, ao contrário do que foi divulgado na imprensa, o Poder Judiciário não interferiu em nenhum momento na autonomia da Universidade ou em seu regimento interno. Apenas e tão somente, como é corriqueiro em casos similares (não só de cunho educacional), permitiu que o Conselho Universitário se reunisse para apreciar um recurso pendente que a nova Reitoria arbitrariamente não colocava na ordem do dia do Conselho Universitário, aí sim, ferindo os Estatutos da Universidade.

A propósito, é importante reafirmar que a disputa judicial que envolve as eleições à Reitoria da PUC-SP não questiona - ao contrário do que indevidamente

alguns meios de comunicação divulgam - o direito de escolha do Reitor pelo Grão-Chanceler. A confecção da lista tríplice está prevista nos Estatutos da PUC-SP (equivocadamente ou não, é outro problema).

Estamos reivindicando, sim, que o Cardeal cumpra a decisão do Conselho Universitário (CONSUN), colegiado máximo da Instituição, que define as diretrizes acadêmicas da política universitária e possui a competência estatutária de garantir a lisura do processo eleitoral, compreendido este como um processo sério e necessário à possibilidade de que o Grão-Chanceler dê posse ao Reitor(a). O CONSUN, exercendo sua competência, anulou a lista tríplice quando a candidata menos votada nas eleições não cumpriu o pacto que firmou com a comunidade acadêmica, durante o processo eleitoral, em frontal desrespeito a esse mesmo processo. Sem a lista tríplice, o Cardeal não poderia empossar a Profª. Anna Cintra como reitora.

Lutamos para que o compromisso público e formal assumido pelos então candidatos, em debate promovido no Teatro da Universidade Católica (TUCA) - palco de inesquecíveis manifestações culturais e políticas - seja cumprido. Queremos o respeito ao patrimônio moral da PUC-SP, norma jurídica violada pela candidata que foi a última colocada nas eleições e - junto com os outros candidatos - assinou um documento comprometendo-se a não aceitar a nomeação do Cardeal, caso não fosse a vencedora nas urnas.

continua na próxima página

continuação da página anterior

É preciso dizer com todas as letras: o art. 112 do Estatuto da PUC-SP impõe a todos os membros da comunidade universitária o dever de preservar o patrimônio moral da Instituição. Se mentir já não é mais pecado, ainda é uma atitude repelida pelos Estatutos da Universidade.

E esse patrimônio moral foi atacado pela candidata que, na campanha eleitoral, disse que não aceitaria a nomeação do Cardeal caso não fosse a primeira colocada no pleito. Mas, perdedora nas urnas, não se envergonhou de ter enganado a todos, ou praticamente a todos. Assumiu a reitoria sem constrangimentos. Em uma atitude inusitada para os padrões externos, mas usual para os que frequentam e conhecem a PUC-SP e sua politização, os eleitores de Ana Cintra recusaram-se a apoiá-la quando aceitou a nomeação. Ao menos a imensa maioria que tem na ética sua conduta e seu guia de atuação.

Como podemos ser regidos por alguém que não dá valor às próprias palavras? Como podemos aceitar a nomeação de alguém que desrespeita os Estatutos da PUC-SP? Como podemos ser dirigidos por quem maculou o processo eleitoral, simulando um fato que, semanas depois, todos - ou quase todos - saberiam não ser verdadeiro? Como é possível a comunidade da PUC-SP aceitar uma pessoa que não tem compromisso com a verdade? Que comportamento e que valores éticos poderá exigir a partir de seu exemplo?

Por fim, cumpre-nos analisar a alegação de que a escolha pelo Grão-Chanceler da terceira colocada nas eleições teria ocorrido para salvaguardar a qualidade acadêmica e a sustentabilidade da PUC-SP.

Ora, há várias semanas, o próprio site da PUC-SP divulga, com grande destaque, que nos mantemos como "a melhor universidade particular do Estado de São Paulo e a segunda melhor do país, de acordo com a avaliação das instituições

de ensino superior divulgada dia 6/12 pelo Ministério da Educação (MEC)". Esse resultado e vários outros prêmios obtidos nos últimos anos devem ser tributados a quem?

No tocante à sustentabilidade, vale lembrar que a Fundação São Paulo, desde a crise de 2006, detém o controle administrativo e financeiro da Universidade. A Reitoria da PUC há pelo menos seis anos não gerencia essas questões. Ilegalmente ou não, há o controle absoluto desses temas pela Fundação São Paulo, por seu quadro funcional e por um órgão designado Consad, composto de três membros: o Reitor e dois Secretários-Executivos da entidade mantenedora, nomeados pelo Cardeal.

Mas, então, por que associar a sustentabilidade econômica da Universidade à Reitoria nomeada? Que medidas um governante afinado com a Fundação São Paulo e seu projeto proporia nesse campo?

Refletindo sobre essas questões, esperemos que a liberdade acadêmica e o princípio da autonomia universitária, garantido

constitucionalmente, sejam restabelecidos pelo Poder Judiciário no futuro próximo.

Esperemos que o projeto católico "ultra-conservador" idealizado por Roma e que tem seguidores em todo o mundo não prospere no Brasil e que em nossa PUC-SP não ocorra o que ocorreu na PUC do Peru em em muitas outras PUCs, em que se procura o sectarismo ideológico e religioso advindo de facções e ordens religiosas ultra-conservadoras conhecidas em todo o mundo por não respeitar a pluralidade e o confronto de ideias e por destruir quem não pensa como eles.

Acreditamos que as Instituições brasileiras realmente comprometidas com o Estado de Direito no Brasil e seus defensores independentes não deixarão a PUC-SP naufragar. A PUC-SP tem "dono" sim. Ela é patrimônio nacional e de sua comunidade, seus alunos, seus professores e seus funcionários!

**Centro Acadêmico 22 de Agosto**  
A íntegra deste artigo está disponível em [www.apropucsp.org](http://www.apropucsp.org)

# Sobre o fechamento de turmas na Faculdade de Ciências Sociais

***Em carta dirigida à professora Anna Maria Marques Cintra o Conselho da Faculdade de Ciências Sociais assim se pronunciou sobre o fechamento de turmas naquela unidade:***

Os Integrantes do Conselho da Faculdade de Ciências Sociais, reunidos no dia 05/02/2013, manifestaram-se contrários ao fechamento das turmas de 1º ano dos cursos de Turismo (noturno) e Serviço Social (matutino).

Entendemos que a manutenção da decisão por parte desta Reitoria desconsidera os esforços empreendidos pelas coordenações e corpo docen-

te dos respectivos cursos no sentido de buscar alternativas para atrair novos alunos.

As iniciativas realizadas pelos cursos necessitam de maior tempo para poder apresentar resultados. O fechamento das turmas neste momento implica na recusa de cerca de 20 alunos (na somatória das duas turmas) que já estavam matriculados.

Consideramos, também, que tal decisão fez uso de procedimentos, amplamente debatidos e criticados, em anos anteriores, por este Conselho que era presidido pela atual Pró-Reitora de Graduação.

Acreditamos que tal procedimento tomado de modo

unilateral, no período das férias letivas, não levou em consideração os argumentos das coordenações dos referidos cursos. E, mais, sem a possibilidade de ouvir o colegiado, cuja instância é o Conselho da Faculdade. Tal atitude produz efeitos negativos para o agenciamento dos esforços coletivos na reversão do processo de queda de alunos em quase todos os cursos desta Universidade. Além de ameaçar a continuidade dos cursos.

Reiteramos a solicitação feita na carta, enviada no dia 29 de fevereiro, assinada pela Diretora, coordenadores e chefes de departamentos desta Faculdade, de reversão da decisão de fechar as turmas dos

cursos citados.

Apelamos para uma sensibilidade desta reitoria no sentido de propiciar condições de construirmos um plano de ação para ampliarmos o corpo discente desta Faculdade. Evitando, desta forma, ações isoladas de fechamento de turmas comunicadas somente aos coordenadores. Além disso, a decisão foi tomada com base na variável financeira e com base em números parciais, considerando que as matrículas foram até o dia 24 de janeiro.

**Atenciosamente,**  
**Conselho da Faculdade de Ciências Sociais**

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Estudantes da USP são indiciados por quatro crimes

No dia 5/2, o Ministério Público Estadual de São Paulo ofereceu denúncia à Justiça na qual acusa estudantes da USP de quatro crimes: formação de quadrilha, pichação, dano ao patrimônio e descumprimento de ordem judicial. A promotora Eliana Passarelli, que toma a frente na acusação, pede pena mínima de oito anos de prisão.

Há cerca de quinze meses, 72 estudantes da Universidade de São Paulo (USP) foram

detidos durante a reintegração de posse da reitoria executada pela PM. Processos administrativos foram abertos para apuração do caso e ficou decidido que nenhum estudante seria expulso.

Em resposta ao MP de São Paulo, movimentos sociais de diversos locais do país divulgaram notas de repúdio à criminalização dos movimentos políticos nas universidades, fato que vem ganhando força nos últimos

anos. O DCE (Diretório Central dos Estudantes) da USP, por exemplo, lançou uma campanha com uma petição pública para retirada da denúncia dos 72 estudantes feita pelo MP, cujo conteúdo você pode acessar visitando o seguinte endereço virtual: [http://www.avaaz.org/pt/petition/Pela\\_retirada\\_imediata\\_da\\_denuncia\\_do\\_MP\\_aos\\_72\\_estudantes\\_da\\_USP\\_por\\_formacao\\_de\\_quadri-?cqeIxb](http://www.avaaz.org/pt/petition/Pela_retirada_imediata_da_denuncia_do_MP_aos_72_estudantes_da_USP_por_formacao_de_quadri-?cqeIxb)

# Renúncia do papa expõe crise na Igreja

Várias declarações de figuras ligadas à Igreja Católica lançaram algumas luzes sobre a polêmica renúncia de Bento XVI. Além de um simples desgaste físico ela reflete o desgaste político de uma instituição que não soube acompanhar nas últimas décadas o desenvolvimento social da humanidade.

Depois de um breve período nos anos 60 do século passado, quando a Igreja se aproximou dos movimentos sociais e realinhou parte de seu ideário político, assistiu-se a uma guinada à direita, com a cúpula reagindo a teorias como a Teologia da Libertação e fechando o cerco contra movimentos que discutiam a descriminalização do aborto, o uso de preservativos ou a união homossexual. Do ponto de vista das instituições de ensino católicas, nota-se um grande retrocesso com intervenções, desvinculações (como no Peru) e atentados contra a democracia interna (como na PUC-SP).

Por isso a escolha de um novo Papa reveste-se de grande importância no atual contexto de crise da instituição.

# Servidores querem barrar projeto que regulamenta greve

Enquanto o governo não apresenta uma proposta, servidores públicos de diversas categorias se preparam para tentar frear a aprovação de um projeto que regulamenta o direito de greve do funcionalismo.

Estão na mira dos servidores os ministérios do Planejamento e Trabalho,

além da Secretaria-Geral da Presidência da República e a Advocacia-Geral da União (AGU). A mobilização será realizada, por exemplo, pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entidade que reúne associações de servidores das áreas de fiscalização agropecuária e tributária,

controle, segurança pública, diplomacia, advocacia e defensoria públicas, regulação, comércio exterior, previdência social e planejamento. Centrais sindicais e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (Condsef) também já retomaram discussões sobre um plano de ação para 2013.

# ROLA NA RAMPA

## Professores divulgam campanha salarial para 2013

As reivindicações dos professores do ensino superior para a campanha salarial de 2013 foram divididas em 4 eixos. Segundo a Federação dos Professores do Estado de São Paulo, o primeiro é o aumento do poder aquisitivo, que engloba o aumento real e reposição integral da inflação, enquanto o segundo é a valorização acadêmica, que defende um adicional por titulação, além de remuneração durante

afastamento no semestre que anteceder a entrega de dissertação ou tese. O terceiro eixo se refere à regulamentação do uso de novas tecnologias, o que indica a criação do pagamento por hora-tecnológica, ou o tempo acrescido pelo uso de novas tecnologias. O último eixo pede melhorias nas condições de trabalho, como piso salarial e limite de alunos em aulas presenciais e a distância.

## Calouros são recebidos com atividades sobre a greve

Após a tradicional recepção envolvendo banho de tinta e farinha no primeiro dia do ano letivo, na segunda-feira, 4/2, os novos estudantes de todos os cursos da PUC-SP participaram de atividades organizadas por estudantes da graduação e da pós-graduação, centros acadêmicos e coletivos.

Na terça-feira, 5/2, foi organizada uma audiência pública com estudantes representando, segundo eles

próprios, o Cardeal e a Interventora. Entre os dias 18 e 26/2, mais atividades estão programadas para discutir a atual situação da PUC-SP, além de sua história e do movimento estudantil. No dia 25/2, haverá a aula magna organizada por docentes e estudantes, e, para finalizar, no dia 26/2 haverá assembleia geral para discutir os próximos passos do movimento Fora Anna Cintra.



# **ORGULHO DE SER PUC-SP**

*Ato conjunto pela democracia na PUC-SP | Plota as dependências do TUCA - Foto Marina D'Aquino*